

Brasília, 06 de Dezembro de 2012

Informe da CNPI

Boa tarde!

Prezados parentes indígenas e companheiros de luta.

Venho informar a todos e todas em nome da Bancada Indígena e Indigenista da CNPI, que entre os dias 03 a 06 decorrente mês, estivemos reunidos em Brasília em atividade da Comissão Nacional de Política Indigenista.

Participaram: Koralue Karajá, Marcos Xukuru Ororubá, Elcio Manchinere (Toya), Francisca Paresi (Chiquinha), Perlangela Wapchana, Lindomar Xokó, Aki`jabor Kaiapó, Capitão Pontiguara, Wellington Gavião, Márcio Kokoi, Biraci Brasil Yanawa, Luiz Titiah, Dodô Terena, Rosa Pitaguary, Deoclides Kaingang, Simone Karipuna, Jocsley Tupinikim, Lorenço Milliomi Krikati, Brasília Priprá Xokleng, Valcielio Terena e Sandro Hawaty Tuxá, APIB – Chico Apurinã e Paulino Montejo, CTI- Daniel Calazans Pierri, CIMI – Cleber.

Nessa segunda feira, estivemos reunidos na sede do CIMI-DF, toda a bancada Indígena que compõem a CNPI, tendo como pauta: Análise de conjuntura, avaliação da pauta sugerida pela bancada do governo, avaliação das atividades da CNPI, encaminhamentos.

Após um amplo debate e reflexão foi compreendido por todos os presentes que a paralisação das atividades da CNPI, defendida pela bancada indígena, foi decidida pelo fato de que o governo não cumprir com os encaminhamentos firmados e pactuados nas resoluções estabelecidas em plenária geral, bem como, a falta de compromisso por parte dos membros da bancada governista que não participavam das reuniões, somado a isso, as ações paralelas com as criações de portarias e decretos que são contrários aos nossos direitos.

Entretanto, durante o período da paralisação das atividades da CNPI, as ações que contrariam os interesses indígenas se intensificaram, sobretudo, as proposições que são apresentadas pela a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, com a tramitação de projetos Anti Indígena como: A PEC 215/2000 sobre a Demarcação de Terras Indígenas e o Projeto de Lei de Mineração em Terra Indígena 1610/1996 entre muitas outras, apoiadas pela as manobras nefastas do governo como a criação da portaria 303 que se propõem "normatizar" a atuação dos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta em relação às salvaguardas institucionais às terras indígenas, portaria 2498/2011, que objetiva a participação de entes federados (Estados e Municípios), portaria 419/2011, que regulamenta a atuação do órgão Indigenista – FUNAI.

Diante dessa conjuntura adversa, acreditamos que o fato da representação indígena da CNPI ter retomado suas atividades proporcionará um maior acompanhamento das ações do governo, vindo a somar com o movimento indígena nas ações de mobilização junto ao congresso nacional, como vinha anteriormente sendo feito.

Na reunião no final de agosto, suspendemos as ações da CNPI, em função de não concordamos com a edição e publicação da Portaria 303, acompanhando as lideranças Indígenas nas manifestações junto a SESAI, ao STF, na Câmara dos Deputados, por fim, essas ações proporcionaram ao Movimento Indígena a oportunidade de se reunir com o Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal o Ministro Ayres Britto que enfatizou que as 19 condicionantes criadas pelo o STF no caso Raposa Serra do Sol se aplicam somente a essa Terra Indígena Homologada no ato, e não a outras terras indígenas, pactuando com Movimento Indígena Brasileiro – MIB que antes da sua aposentadoria ele colocaria em pauta a votação das referidas condicionantes, pondo um basta nessa portaria genocida.

O problema é que o Ministro não conseguiu efetuar essa ação, antes de se aposentar, em função do julgamento do mensalão, precisando que o MIB possa fazer gestão através de nossa Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

Nessa terça feira, tomamos por decisão em conjunto com a APIB, de suspender as atividades formais da CNPI, com o objetivo de participarmos da Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, presidida pelo o Dep. Domingos Dutra (PT-MA). Varias lideranças Guaranis, conjuntamente com os integrantes da CNPI que tiveram direito a voz, protestaram contra projeto que transfere ao Congresso tarefa de reconhecer terras de comunidades tradicionais, em tempo, marcaram um posicionamento firme contra todos os projetos que vislumbram em restringir ou suprimir os nossos direitos historicamente conquistados.

Ainda nas atividades que foram efetuadas no Congresso a bancada Indígena visitou alguns parlamentares entre eles o gabinete do Dep. André Vargas do PT/PR, relator da PL 3571/2008, em reunião com o Chefe de Gabinete, pactuou com a representação Indígena que no dia 12 de dezembro, estará sendo posto na ordem do dia em votação o referido projeto de lei, concordamos com a data, sobre a perspectiva que entre os dias 12 a 14 da próxima semana, estarão em Brasília aproximadamente 150 lideranças que estarão participando do Encontro Ampliado promovido pela a FUNAI pactuado com APIB. Será um momento oportuno para fazermos uma grande mobilização dentro congresso pelo respeito dos nossos direitos, contra essas portarias genocidas, em favor da aplicabilidade da Convenção 169.

A bancada Indígena na CNPI tem feito questão de registrar em ata o seu repudio as medidas anti-indígena que estão sendo feitas pelo o executivo e legislativo. Nesses dias repudiamos os encaminhamentos que foram realizados para aprovação da PL 1610/1996 que tenta regulamentar a mineração nas terras indígenas de maneira autoritária e sem respeito a bandeira histórica do movimento indígena de discutir o tema dentro do novo estatuto dos Povos Indígenas.

Opusemos-nos também, a realização de consultas que o governo pretende fazer com o congresso para aprovação da PL 1610, mesmo assim ficou claro que é interesse prioritário do governo e do congresso aprovar a todo custo essa PL.

Convocamos a todos os parentes para somar em uma grande mobilização contra a PL 1610 e todas as medidas anti-indígena, para retomar a luta pelo o novo estatuto dos Povos Indígenas do Brasil, que garanta a promoção de nossos direitos e o fim da tutela.

A bancada indígena não irá aceitar essas manobras anti-indígena e convida o movimento indígena a utilizar sempre esse espaço de interlocução como uma trincheira em defesa de nossos direitos.

Atenciosamente,

Sandro Hawaty Arfer Tuxá

Membro Titular da CNPI

"Sou índio da tribo Tuxá, nação Proká, do arco, flecha, e maracá, malakutinga tuá"